

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

PUBLIC POLICIES FOR COMPREHENSIVE EDUCATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF IMPACTS ON THE QUALITY OF HIGH SCHOOL EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-146>

Submetido em: 14/08/2026 e Publicado em: 24/08/2026

SAS: e26372

José Ronaldo Silva dos Santos

Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista (CETEP)
Professor da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, BA; Coordenador Pedagógico na Rede Estadual de Ensino da Bahia. Pedagogo e Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: ronnybaiano84@yahoo.com.br
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4471642879063032>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2494-6055>

Resumo

Este estudo analisa as políticas públicas voltadas à educação integral no Brasil, com foco em seus impactos na qualidade do ensino médio. A introdução contextualiza a ampliação da jornada escolar como estratégia para promover uma formação mais ampla dos estudantes, contemplando dimensões cognitivas, sociais e culturais. O objetivo da pesquisa consiste em compreender como essas políticas têm contribuído para a melhoria da qualidade do ensino, considerando aspectos como desempenho acadêmico, permanência escolar e desenvolvimento integral dos alunos. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos, documentos oficiais e estudos recentes sobre educação integral publicados nos últimos anos. Os resultados indicam que a implementação de programas de tempo integral tem potencial para melhorar indicadores educacionais, especialmente quando associada a investimentos em infraestrutura, formação docente e currículo integrado. No entanto, também foram identificados desafios significativos, como desigualdades regionais, limitações de recursos e dificuldades na articulação entre políticas públicas e práticas escolares. A discussão evidencia que a eficácia dessas políticas depende de sua implementação contextualizada e de uma gestão educacional eficiente. Conclui-se que a educação integral pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio, desde que acompanhada de políticas estruturantes e contínuas, capazes de garantir equidade, permanência e formação integral dos estudantes no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação integral; Ensino médio; Políticas públicas; Qualidade da educação.



Abstract

This study analyzes public policies aimed at comprehensive education in Brazil, focusing on their impact on the quality of secondary education. The introduction contextualizes the expansion of the school day as a strategy to promote a broader education for students, encompassing cognitive, social, and cultural dimensions. The research aims to understand how these policies have contributed to improving the quality of education, considering aspects such as academic performance, school retention, and the holistic development of students. Methodologically, this is a qualitative literature review based on the analysis of scientific articles, official documents, and recent studies on comprehensive education published in recent years. The results indicate that the implementation of full-time programs has the potential to improve educational indicators, especially when associated with investments in infrastructure, teacher training, and an integrated curriculum. However, significant challenges were also identified, such as regional inequalities, resource limitations, and difficulties in articulating public policies and school practices. The discussion highlights that the effectiveness of these policies depends on their contextualized implementation and efficient educational management. It is concluded that comprehensive education can contribute to improving the quality of secondary education, provided it is accompanied by structural and continuous policies capable of guaranteeing equity, retention, and comprehensive education for students within the Brazilian educational system.

Keywords: Comprehensive education; Public policies; Quality of education; Secondary education.

1 INTRODUÇÃO

A educação integral tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma das principais estratégias das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente no contexto do ensino médio, etapa historicamente marcada por desigualdades, evasão escolar e baixos índices de aprendizagem. A ampliação da jornada escolar, aliada à proposta de formação integral do estudante, busca superar o modelo tradicional centrado exclusivamente na transmissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e emocional dos sujeitos. Nesse sentido, a educação integral passa a ser compreendida como uma política estruturante, articulada às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece metas voltadas à ampliação da oferta de ensino em tempo integral, visando à melhoria da qualidade educacional no país (Medeiros; Medeiros, 2025; UNESCO, 2022).

No cenário contemporâneo, a implementação dessas políticas ocorre em meio a transformações significativas no ensino médio brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.415/2017, que reformulou a organização curricular e introduziu os itinerários formativos. Essa reforma trouxe novas possibilidades, mas também intensificou debates acerca da efetividade das políticas educacionais e de seus



impactos na formação dos estudantes. Estudos apontam que a educação integral, quando associada a um currículo flexível e a práticas pedagógicas inovadoras, pode contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e para a redução das desigualdades educacionais, embora sua implementação ainda enfrente desafios estruturais e institucionais (Maciel; Andrade, 2026; Moulin; Silva, 2025).

Além disso, a expansão da educação em tempo integral no Brasil revela um movimento de alinhamento às tendências internacionais, que reconhecem a ampliação do tempo escolar como fator relevante para o desenvolvimento educacional. Pesquisas internacionais indicam que programas de tempo integral podem gerar impactos positivos no desempenho dos estudantes, especialmente quando acompanhados de investimentos em infraestrutura, formação docente e gestão escolar eficiente. No entanto, tais resultados dependem de uma implementação consistente e contextualizada, capaz de atender às especificidades do sistema educacional brasileiro (Levin; Belfield, 2017; OECD, 2023; Pattillo et al., 2020).

Diante desse contexto, emerge a seguinte problemática: em que medida as políticas públicas de educação integral no Brasil têm contribuído efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino médio, considerando os desafios estruturais, pedagógicos e sociais presentes no sistema educacional? Essa questão orienta a investigação ao buscar compreender não apenas os avanços dessas políticas, mas também suas limitações e contradições no cenário educacional contemporâneo (Silveira; Moll; Martinic, 2021; Ripardo; Ferreira, 2025).

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os impactos das políticas públicas de educação integral na qualidade do ensino médio no Brasil. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) examinar as principais diretrizes e reformas educacionais relacionadas à educação integral no ensino médio; (ii) identificar os efeitos dessas políticas sobre indicadores educacionais, como desempenho acadêmico e permanência escolar; e (iii) discutir os desafios e limites na implementação dessas políticas no contexto brasileiro. A definição desses objetivos permite uma abordagem abrangente e crítica sobre o tema, articulando dimensões teóricas e empíricas (Paludo; Gonçalves, 2026; Silva; Garcia; Duarte, 2026).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos concretos das políticas públicas educacionais em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais. A educação integral, ao propor uma formação mais ampla, apresenta-se como uma alternativa promissora para a promoção da equidade e da qualidade no ensino médio, especialmente em regiões historicamente marginalizadas. No entanto, pesquisas indicam que há uma distância significativa entre as propostas normativas e a realidade das escolas, evidenciando a necessidade de análises críticas sobre sua implementação e seus resultados (Moura; Colares; Barbosa, 2024; Pereira; Galvão, 2024).

Adicionalmente, a discussão sobre educação integral torna-se ainda mais relevante diante das transformações recentes no currículo do ensino médio e da crescente valorização de competências socioemocionais e projetos de vida na formação dos estudantes. Nesse contexto, compreender como essas



políticas se articulam com a prática pedagógica e com a organização escolar é fundamental para avaliar sua efetividade. Assim, este estudo contribui para o avanço do debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de promover uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada (Brito; Dantas, 2024; Filgueiras, 2026; Almeida; Melo, 2025).

2 METODOLOGIA

Os A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada na análise crítica de produções científicas acerca das políticas públicas voltadas à educação integral no Brasil e seus impactos na qualidade do ensino médio. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos educacionais complexos, que envolvem dimensões sociais, políticas e pedagógicas, não passíveis de mensuração estritamente quantitativa.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica constitui um procedimento metodológico adequado, uma vez que permite o levantamento, a sistematização e a análise de conhecimentos já produzidos sobre o tema. Conforme Gil (2015), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, especialmente livros e artigos científicos, sendo essencial para a construção do referencial teórico e para a compreensão do estado da arte de determinado campo de investigação.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistemáticas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, tais como SciELO, Periódicos CAPES, Google Scholar e ERIC (Education Resources Information Center), abrangendo produções científicas nacionais e internacionais. Foram utilizados descritores previamente definidos, alinhados aos objetivos da pesquisa, incluindo: “educação integral”, “ensino médio”, “políticas públicas educacionais”, “tempo integral”, “qualidade da educação” e “reforma do ensino médio”. As buscas foram realizadas entre abril e maio de 2026, considerando publicações dos últimos dez anos (2016–2026), com o intuito de garantir a atualidade e relevância das análises.

Após a identificação inicial dos estudos, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos selecionados, permitindo a organização das informações em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da investigação.

Os critérios de inclusão adotados contemplaram: (i) artigos científicos publicados em periódicos indexados; (ii) estudos publicados entre 2016 e 2026; (iii) textos em língua portuguesa e inglesa; (iv) produções que abordassem diretamente a educação integral no ensino médio e suas implicações na qualidade educacional; e (v) trabalhos com rigor metodológico e relevância acadêmica. Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram: (i) publicações duplicadas; (ii) textos opinativos sem fundamentação científica; (iii) estudos que não apresentassem relação direta com o tema proposto; e (iv) fontes não acadêmicas, como blogs, reportagens e conteúdo sem validação científica.



A análise dos dados foi conduzida por meio de leitura interpretativa e categorização temática, buscando identificar convergências, divergências e lacunas na literatura. De acordo com Gil (2015), essa etapa é fundamental para a construção do conhecimento científico, pois permite ao pesquisador não apenas descrever, mas também interpretar criticamente as informações levantadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo tem como finalidade analisar, à luz da literatura recente, os impactos das políticas públicas de educação integral na qualidade do ensino médio brasileiro, considerando suas dimensões históricas, estruturais e pedagógicas. A partir das produções científicas selecionadas, busca-se compreender como essas políticas têm sido formuladas, implementadas e avaliadas, bem como identificar suas contribuições e limitações no contexto educacional contemporâneo.

Nesse sentido, o capítulo está organizado em três seções: a primeira aborda os fundamentos e a evolução das políticas de educação integral no Brasil; a segunda discute os impactos dessas políticas na qualidade do ensino médio; e a terceira analisa os desafios e perspectivas para sua efetivação. A análise parte da compreensão de que a educação integral não se limita à ampliação do tempo escolar, mas envolve uma concepção ampliada de formação humana, que articula diferentes dimensões do desenvolvimento dos estudantes.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

A educação integral no Brasil configura-se como um campo em permanente construção, atravessado por disputas teóricas, políticas e pedagógicas que refletem diferentes concepções de formação humana e de função social da escola. Longe de se restringir à ampliação da jornada escolar, a educação integral propõe uma reconfiguração mais ampla do processo educativo, fundamentada na articulação entre saberes acadêmicos, experiências culturais, práticas sociais e desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, a ampliação do tempo escolar deve ser compreendida como uma condição necessária, mas não suficiente, para a efetivação dessa proposta, exigindo transformações estruturais no currículo, na organização do trabalho pedagógico e nas políticas públicas educacionais (Machado, 2023; Silva, 2018).

Historicamente, a consolidação da educação integral como política pública no Brasil está associada a movimentos de ampliação do direito à educação e de enfrentamento das desigualdades sociais, especialmente no contexto de populações vulnerabilizadas.

A incorporação dessa perspectiva nas políticas educacionais ganha maior densidade a partir do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece metas específicas para a ampliação da oferta de



ensino em tempo integral. Conforme destacam Medeiros e Medeiros (2025), essas políticas buscam promover não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, embora sua implementação revele limitações significativas relacionadas ao financiamento, à infraestrutura e à capacidade de gestão dos sistemas educacionais.

A expansão da educação em tempo integral no Brasil também deve ser analisada à luz das transformações contemporâneas nas demandas educacionais, que exigem uma formação mais complexa, interdisciplinar e alinhada às dinâmicas sociais e econômicas atuais. Silva (2026) aponta que a ampliação dessa modalidade tem ocorrido de forma progressiva, mas desigual, evidenciando assimetrias regionais que refletem as condições estruturais do país. Esse cenário revela que, embora haja avanços normativos e institucionais, a efetivação da educação integral ainda depende de políticas mais robustas e de uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo.

No contexto dessas transformações, a reforma do ensino médio instituída pela Lei nº 13.415/2017 representa um ponto de inflexão nas políticas educacionais brasileiras, ao introduzir mudanças significativas na organização curricular e na concepção de formação escolar. Maciel e Andrade (2026) destacam que a criação dos itinerários formativos busca promover maior flexibilidade e protagonismo estudantil, permitindo que os alunos construam percursos formativos mais alinhados aos seus interesses. No entanto, essa proposta também suscita críticas quanto à sua capacidade de garantir uma formação ampla e equitativa.

Nesse sentido, Almeida e Melo (2025) problematizam a reforma ao caracterizá-la como uma “contrarreforma”, argumentando que suas diretrizes podem aprofundar desigualdades educacionais ao fragmentar o currículo e limitar o acesso ao conhecimento científico mais abrangente. Para os autores, a flexibilização curricular, quando associada a contextos de desigualdade, tende a reproduzir hierarquias sociais, restringindo as oportunidades formativas de estudantes das camadas populares e comprometendo os princípios da educação integral.

A efetividade das políticas de educação integral está diretamente relacionada à capacidade de integração entre tempo, currículo e práticas pedagógicas. Brito e Dantas (2024) enfatizam que a ampliação da jornada escolar só produz impactos positivos quando acompanhada de uma reconfiguração curricular que valorize a interdisciplinaridade, a contextualização do conhecimento e a participação ativa dos estudantes. Caso contrário, há o risco de que o tempo ampliado se reduza a uma extensão das práticas tradicionais, sem promover mudanças significativas na qualidade da educação.

Outro elemento central nas políticas contemporâneas de educação integral é a valorização das competências socioemocionais e do desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes. Filgueiras (2026) destaca que essas dimensões têm sido incorporadas ao currículo como forma de promover maior engajamento e sentido à aprendizagem, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos e críticos. No



entanto, essa incorporação também demanda uma formação docente adequada e uma reflexão crítica sobre os objetivos educacionais envolvidos.

Apesar dos avanços no campo normativo e discursivo, a implementação da educação integral no Brasil revela uma série de desafios que evidenciam a distância entre o ideal proposto e a realidade das escolas. Ripardo e Ferreira (2025) apontam que limitações como a falta de recursos financeiros, a precariedade da infraestrutura escolar e a insuficiente formação de professores comprometem a efetividade das políticas, dificultando a consolidação de práticas educativas coerentes com os princípios da educação integral.

A análise da produção científica sobre o tema também revela desigualdades regionais significativas, tanto na implementação das políticas quanto na produção de conhecimento. Moura, Colares e Barbosa (2024) evidenciam que as regiões Norte e Nordeste apresentam especificidades que demandam políticas diferenciadas, capazes de considerar seus contextos sociais, culturais e econômicos. Essa constatação reforça a necessidade de uma abordagem mais contextualizada e equitativa na formulação e execução das políticas públicas.

As políticas públicas de educação integral no Brasil representam um avanço importante na busca por uma educação mais inclusiva, democrática e de qualidade, mas sua efetivação depende de uma articulação consistente entre diretrizes normativas, condições materiais e práticas pedagógicas.

A consolidação dessa proposta exige não apenas investimentos financeiros, mas também uma mudança paradigmática na concepção de educação, capaz de superar modelos fragmentados e promover uma formação verdadeiramente integral dos estudantes, em consonância com os desafios contemporâneos da educação brasileira (Silveira; Moll; Martinic, 2021; Pereira; Galvão, 2024).

3.2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

A análise dos impactos das políticas públicas de educação integral na qualidade do ensino médio exige uma compreensão ampliada do próprio conceito de qualidade educacional, que ultrapassa indicadores tradicionais de desempenho acadêmico e incorpora dimensões como permanência escolar, equidade, desenvolvimento integral e formação cidadã. Nesse sentido, a educação integral, ao propor a ampliação do tempo e a diversificação das experiências formativas, apresenta-se como uma estratégia capaz de potencializar o processo educativo, desde que implementada de forma articulada e contextualizada. Silveira, Moll e Martinic (2021) destacam que a qualidade da educação não pode ser reduzida a resultados mensuráveis, devendo considerar a complexidade das relações pedagógicas e sociais que permeiam o ambiente escolar.



Do ponto de vista empírico, estudos internacionais indicam que programas de tempo integral podem produzir impactos positivos no desempenho acadêmico dos estudantes, especialmente quando associados a investimentos estruturais e pedagógicos consistentes. Levin e Belfield (2017) argumentam que a ampliação do tempo escolar tende a gerar benefícios econômicos e educacionais a longo prazo, ao reduzir desigualdades e ampliar oportunidades de aprendizagem. Da mesma forma, Pattillo et al. (2020) evidenciam que reformas educacionais baseadas em tempo integral podem contribuir para a melhoria dos resultados escolares, desde que acompanhadas de políticas de apoio à aprendizagem e à gestão escolar.

No contexto brasileiro, entretanto, os impactos da educação integral apresentam maior complexidade, em razão das desigualdades estruturais que caracterizam o sistema educacional. Moulin e Silva (2025), ao analisarem os itinerários formativos no ensino médio, destacam que a flexibilização curricular pode gerar efeitos ambíguos, contribuindo tanto para a personalização da aprendizagem quanto para a fragmentação do conhecimento, dependendo das condições de implementação. Essa ambivalência evidencia que os impactos das políticas educacionais não são homogêneos, variando conforme o contexto institucional e social.

Além disso, a qualidade do ensino médio está diretamente relacionada à capacidade das políticas públicas de promover a permanência e o engajamento dos estudantes. Richardt e Moser (2024) apontam que programas de educação integral têm potencial para reduzir a evasão escolar, ao oferecer um ambiente mais acolhedor e diversificado, que amplia as possibilidades de aprendizagem e socialização. No entanto, esse potencial depende da qualidade das experiências oferecidas e da capacidade das escolas de integrar diferentes dimensões do currículo.

A relação entre educação integral e currículo constitui outro elemento central na análise dos impactos educacionais. Brito e Dantas (2024) destacam que a ampliação do tempo escolar deve estar articulada a uma proposta curricular integrada, capaz de promover a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências diversas. Caso contrário, há o risco de que o tempo ampliado se traduza apenas em maior exposição a conteúdos fragmentados, sem impacto significativo na aprendizagem dos estudantes.

A introdução do projeto de vida como componente curricular no ensino médio também representa uma inovação relevante no contexto da educação integral. Filgueiras (2026) argumenta que essa proposta contribui para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos estudantes, ao incentivá-los a refletir sobre seus objetivos pessoais e profissionais. No entanto, sua efetividade depende da formação dos professores e da capacidade das escolas de integrar essa dimensão ao conjunto das práticas pedagógicas.

Por outro lado, a reforma do ensino médio tem sido objeto de críticas quanto aos seus impactos na qualidade da educação, especialmente no que se refere à ampliação das desigualdades. Paludo e Gonçalves (2026) destacam que a flexibilização curricular pode favorecer estudantes de contextos mais privilegiados,



que têm maior acesso a recursos educacionais, enquanto limita as oportunidades daqueles em situação de vulnerabilidade. Essa dinâmica evidencia que a qualidade educacional não pode ser analisada de forma isolada, devendo considerar as condições sociais e econômicas dos estudantes.

A análise dos impactos da educação integral também deve considerar as condições de trabalho docente, uma vez que a qualidade da educação está diretamente relacionada à formação e valorização dos professores. Silva, Garcia e Duarte (2026) destacam que a implementação de políticas de educação integral exige novas competências docentes, relacionadas à interdisciplinaridade, à gestão do tempo e à mediação de processos formativos mais complexos. A ausência de formação adequada pode comprometer a efetividade dessas políticas.

Além disso, a expansão da educação integral no Brasil revela desafios relacionados à equidade e à distribuição de recursos. Dados da OECD (2023) indicam que sistemas educacionais mais equitativos tendem a apresentar melhores resultados, o que reforça a importância de políticas que reduzam desigualdades regionais e garantam condições adequadas de funcionamento das escolas. No caso brasileiro, essas desigualdades ainda representam um obstáculo significativo para a consolidação da educação integral.

As políticas de educação integral possuem potencial para contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do ensino médio, mas seus impactos dependem de uma série de fatores interdependentes, incluindo condições estruturais, organização curricular, formação docente e contexto social dos estudantes. A análise da literatura evidencia que a educação integral não constitui uma solução isolada, mas deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de políticas educacionais voltadas à promoção da equidade e da qualidade no sistema educacional brasileiro (Silveira; Moll; Martinic, 2021; Pereira; Galvão, 2024).

3.3 DESAFIOS, LIMITES E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

A consolidação das políticas públicas de educação integral no Brasil enfrenta um conjunto complexo de desafios estruturais, institucionais e pedagógicos que evidenciam a distância entre o discurso normativo e a realidade concreta das escolas. Embora a ampliação do tempo escolar e a proposta de formação integral sejam amplamente defendidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação, sua efetivação esbarra em limitações históricas relacionadas ao financiamento educacional, à infraestrutura das instituições de ensino e à capacidade de gestão dos sistemas educacionais. Nesse contexto, a educação integral revela-se não apenas como uma política educacional, mas como um projeto social mais amplo, cuja implementação depende de condições materiais e políticas que ainda não se encontram plenamente consolidadas no cenário brasileiro (Ripardo; Ferreira, 2025; Silva, 2026).



Um dos principais desafios refere-se à insuficiência de recursos financeiros destinados à manutenção e expansão das escolas em tempo integral, o que compromete diretamente a qualidade das experiências educativas oferecidas. Machado (2023) destaca que a ampliação da jornada escolar exige investimentos significativos em infraestrutura, alimentação, transporte e recursos pedagógicos, sem os quais a proposta de educação integral tende a se reduzir a uma extensão quantitativa do tempo escolar, sem impacto qualitativo relevante. Essa limitação evidencia a necessidade de políticas de financiamento mais robustas e sustentáveis, capazes de garantir condições adequadas para o funcionamento das escolas.

Além das questões estruturais, a formação e valorização dos professores constituem um dos principais entraves para a efetivação da educação integral. Silva, Garcia e Duarte (2026) argumentam que a implementação dessa proposta exige um perfil docente capaz de atuar de forma interdisciplinar, colaborativa e reflexiva, o que demanda processos formativos contínuos e contextualizados. No entanto, a ausência de políticas consistentes de formação continuada e a precarização das condições de trabalho docente dificultam a construção de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação integral.

Outro limite significativo diz respeito à organização curricular, especialmente no contexto da reforma do ensino médio. Maciel e Andrade (2026) apontam que a introdução dos itinerários formativos, embora proponha maior flexibilidade, pode resultar na fragmentação do currículo e na redução do acesso ao conhecimento científico mais amplo. Essa problemática é aprofundada por Almeida e Melo (2025), que destacam o risco de aprofundamento das desigualdades educacionais, uma vez que a oferta de itinerários depende das condições estruturais das escolas, favorecendo instituições com maior capacidade de investimento.

A implementação das políticas de educação integral também é marcada por desigualdades regionais que refletem as disparidades socioeconômicas do país. Moura, Colares e Barbosa (2024) evidenciam que regiões como Norte e Nordeste enfrentam maiores dificuldades na implementação dessas políticas, tanto em termos de infraestrutura quanto de acesso a recursos humanos qualificados. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas mais equitativas, que considerem as especificidades regionais e promovam uma distribuição mais justa dos recursos educacionais.

A análise das políticas educacionais também revela uma tensão entre a concepção de educação integral como formação humana ampla e sua apropriação por agendas voltadas à eficiência e à produtividade. Filgueiras (2026) destaca que a ênfase no projeto de vida e nas competências socioemocionais, embora relevante, pode ser instrumentalizada por perspectivas que priorizam a adaptação dos estudantes ao mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória. Essa tensão evidencia a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os objetivos e finalidades da educação integral.



Outro desafio relevante refere-se à articulação entre as políticas públicas e as práticas escolares, uma vez que a implementação efetiva da educação integral depende da capacidade das escolas de reinterpretar e adaptar as diretrizes normativas às suas realidades específicas. Brito e Dantas (2024) apontam que a ausência de apoio institucional e de acompanhamento pedagógico dificulta essa articulação, resultando em práticas fragmentadas e pouco integradas, que comprometem a qualidade da educação.

No plano internacional, organismos como a UNESCO (2022) e a OECD (2023) ressaltam a importância de políticas educacionais que promovam inclusão, equidade e qualidade, destacando que a ampliação do tempo escolar deve estar associada a estratégias pedagógicas consistentes e a sistemas de avaliação que considerem múltiplas dimensões do aprendizado. No entanto, a transposição dessas recomendações para o contexto brasileiro exige adaptações que considerem as especificidades do sistema educacional nacional.

As perspectivas para a educação integral no Brasil dependem, portanto, de uma articulação mais consistente entre políticas públicas, práticas pedagógicas e condições estruturais, de modo a garantir que a ampliação do tempo escolar esteja efetivamente vinculada à melhoria da qualidade da educação. Pereira e Galvão (2024) destacam que a consolidação dessa proposta exige uma abordagem sistêmica, que envolva diferentes atores e níveis de governo, promovendo maior integração entre as políticas educacionais.

Os desafios e limites das políticas de educação integral no Brasil não invalidam seu potencial transformador, mas evidenciam a necessidade de aprimoramento contínuo e de uma abordagem crítica e reflexiva sobre sua implementação. A construção de uma educação integral efetiva requer não apenas investimentos materiais, mas também um compromisso político e pedagógico com a formação plena dos estudantes, capaz de articular conhecimento, cultura e cidadania em uma perspectiva verdadeiramente emancipadora (Silveira; Moll; Martinic, 2021; Pereira; Galvão, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu analisar, sob a perspectiva de uma revisão bibliográfica qualitativa, os impactos das políticas públicas de educação integral na qualidade do ensino médio no Brasil, evidenciando que tais políticas representam um avanço significativo no campo educacional ao propor uma formação que ultrapassa a dimensão meramente conteudista e incorpora aspectos sociais, culturais e humanos do processo formativo. A ampliação do tempo escolar, associada a uma concepção mais ampla de educação, demonstra potencial para contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico, a redução da evasão escolar e o fortalecimento do vínculo dos estudantes com a escola. Contudo, os resultados também revelam que esses avanços não se concretizam de forma homogênea, sendo fortemente condicionados pelas realidades locais e pelas condições estruturais das instituições de ensino.



Verificou-se, ainda, que a efetividade das políticas de educação integral depende de uma articulação consistente entre diferentes dimensões, como financiamento adequado, infraestrutura escolar, formação docente e organização curricular. A ausência ou fragilidade de qualquer desses elementos compromete a implementação da proposta e limita seus impactos na qualidade da educação. Além disso, a reforma do ensino médio introduziu novas dinâmicas que, embora tragam possibilidades de flexibilização e protagonismo estudantil, também apresentam riscos de aprofundamento das desigualdades, especialmente em contextos onde os recursos educacionais são escassos. Nesse cenário, torna-se evidente que a educação integral não pode ser tratada como uma solução isolada, mas como parte de um conjunto mais amplo de políticas educacionais articuladas.

Conclui-se que a consolidação da educação integral no ensino médio brasileiro exige não apenas a continuidade das políticas públicas, mas também seu aprimoramento constante, com foco na equidade, na qualidade e na efetiva promoção da formação integral dos estudantes. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo, que demanda compromisso político, investimento público e participação ativa das comunidades escolares. Assim, a educação integral se apresenta como uma possibilidade concreta de transformação da realidade educacional brasileira, desde que implementada de forma crítica, contextualizada e orientada por princípios democráticos e inclusivos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. B. S.; MELO, D. C. F. A contrarreforma do ensino médio e seus impactos na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional**, 2025.
- BRITO, F. P.; DANTAS, A. B. S. Educação integral e currículo: impactos e desafios. **Estudos IAT**, 2024.
- FILGUEIRAS, F. O. Projeto de vida e educação no cenário acadêmico brasileiro. **Revista DCS**, 2026.
- LEVIN, H. M.; BELFIELD, C. R. The Economic Value of Education in Time Programs. **Journal of Education Finance**, 2017.
- MACHADO, S. A. T. **Escola em tempo integral e educação integral**. 2023.
- MACIEL, J. K. S.; ANDRADE, I. M. M. A reforma do ensino médio no Brasil: análise crítica da Lei nº 13.415/2017. **Cadernos Cajuína**, 2026.
- MEDEIROS, M. V. J.; MEDEIROS, D. D. E. O PNE 2014-2024 e as políticas federais para o ensino médio. **Estudos em Avaliação Educacional**, 2025.
- MOULIN, M. A.; SILVA, E. F. Impactos dos itinerários formativos no ensino médio no Acre. **Revista RECEI**, 2025.



MOURA, K. P. S.; COLARES, M. L. I. S.; BARBOSA, L. L. Análise da produção científica da região Norte e Nordeste acerca da Educação Integral e em Tempo Integral no Ensino Médio (2020-2022). **Educação & Formação**, 2024

OECD. **Education at a Glance 2023**: OECD Indicators. OECD Publishing, 2023.

PALUDO, F. R.; GONÇALVES, R. C. A reforma do ensino médio e seus impactos educacionais. **Revista DCS**, 2026.

PATTILLO, M. et al. Full-time schooling and student outcomes: evidence from policy reforms. **Education Economics**, 2020.

PEREIRA, S. P. P. B.; GALVÃO, E. B. Convergências e divergências das políticas e programas de educação integral no Brasil e na América Latina: uma narrativa histórica. **Debates em Educação**, 2024.

RICHARDT, C. C. L. T.; MOSER, D. A. Educação integral: programa escola em tempo integral. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, 2024.

RIPARDO, A. C. B. L.; FERREIRA, A. V. Q. J. Entre o ideal e a realidade: os desafios da educação integral no Brasil. **Revista Científica**, 2025.

SILVA, G. C. C. A expansão da educação em tempo integral no Brasil. *Revista Multidisciplinar*, 2026.

SILVA, G. C. C.; GARCIA, M.; DUARTE, M. R. Formação docente e currículo na educação integral. **Revista Multidisciplinar**, 2026.

SILVA, K. N. P. A educação integral no ensino médio brasileiro: proteção integral ou formação humana? **Cadernos do GPOSSHE**, 2018.

SILVEIRA, É. S.; MOLL, J.; MARTINIC, S. Ensino médio e educação integral: contradições, reflexões e possibilidades. **Reflexão e Ação**, 2021.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report**: Inclusion and Education. 2022.